



MINISTÉRIO DA FAZENDA

SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTE

MF - Segundo Conselho de Contribuintes
Publicado no Diário Oficial da União
de 10 / 04 / 2001
Rubrica *[Assinatura]*

Processo : 10980.009383/99-80

Acórdão : 202-12.696

Sessão : 24 de janeiro de 2001

Recurso : 114.757

Recorrente : MAZUR COMÉRCIO DE TINTAS LTDA.

Recorrida : DRJ em Curitiba - PR

SIMPLES - EXCLUSÃO - Não está vedada a opção ao Sistema Integrado de Pagamentos de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte - SIMPLES à pessoa jurídica que presta serviço de pintura de painéis, quando não provado que tem por atividade a propaganda e publicidade.
Recurso a que se dá provimento.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de recurso interposto por:
MAZUR COMÉRCIO DE TINTAS LTDA.

ACORDAM os Membros da Segunda Câmara do Segundo Conselho de Contribuintes, **por unanimidade de votos, em dar provimento ao recurso.**

Sala das Sessões, em 24 de janeiro de 2001

Marcos Vinícius Neder de Lima

Presidente

Adolfo Montelo

Relator

Participaram, ainda, do presente julgamento os Conselheiros Antonio Carlos Bueno Ribeiro, Ana Neyle Olímpio Holanda, Dalton Cesar Cordeiro de Miranda, Alexandre Magno Rodrigues Alves, Luiz Roberto Domingo e Maria Teresa Martínez López.

Imp/cf



MINISTÉRIO DA FAZENDA

SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTE

Processo : 10980.009383/99-80

Acórdão : 202-12.696

Recurso : 114.757

Recorrente : MAZUR COMÉRCIO DE TINTAS LTDA.

RELATÓRIO

A empresa qualificada nos autos teve seu CNPJ relacionado no ATO DECLARATÓRIO COLETIVO de fls. 16, onde é comunicada a sua exclusão do Sistema Integrado de Pagamentos de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte – SIMPLES, com fundamento nos artigos 9º ao 16 da Lei nº 9.317/96, com as alterações promovidas pela Lei nº 9.732/98, constando como evento para a exclusão: “Pendências da empresa e/ou sócios junto ao INSS”.

Inicialmente a empresa apresentou a Solicitação de Revisão da Vedaçāo/Exclusão à Opção Pelo Simples (fls. 13), acompanhada da cópia da Certidão Negativa de Débito - CND de fls. 09, expedida pelo INSS, informando que a mesma não apresentava débitos junto àquele Instituto, que, após apreciada, restou como motivo para a exclusão a atividade da contribuinte constante de seu contrato social, que é vedada a opção à sistemática SIMPLES com base na Lei nº 9.317/96, artigo 9º, inciso V, § 4º, com alterações pelo artigo 4º da Lei nº 9.528/97.

A DRJ de Julgamento em Curitiba/PR devolveu o processo à DRF em Curitiba - PR para que fosse instruído com novo Ato Declaratório, pois no anterior não havia constado o evento Atividade Econômica não permitida para o SIMPLES.

Atendendo o despacho, a Delegacia da Receita Federal providenciou a expedição do Ato Declaratório nº 80/99, de fls. 20, constando como evento "atividade econômica vedada" para a exclusão da sistemática de pagamento de tributos e contribuições de que trata o artigo 3º da Lei nº 9.317/96.

Às fls. 23 consta a manifestação de inconformidade apresentada no prazo pela empresa, onde alega que, quando de seu Contrato Social (fls. 24/25), datado de 17/07/1986, registrado na Junta Comercial em 07/08/86, a sua atividade era de Agência de Publicidade e Propaganda. Na primeira Alteração Contratual (fls. 26), de 02/01/1990, o ramo de atividade passa a ser pintura de painéis e, a partir de 02/02/1999, como consta da Quinta Alteração Contratual (fls. 27/28), a atividade passa a ser comércio de tintas e materiais de construção.



MINISTÉRIO DA FAZENDA

SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTES

Processo : **10980.009383/99-80**

Acórdão : **202-12.696**

Através da Decisão DRJ/CTA nº 343, de 14 de março de 2000, a autoridade monocrática manifestou-se pela procedência da exclusão, com a fundamentação de que a contribuinte não comprovou não ter auferido receitas de propaganda e publicidade, com a ementa no seguinte teor:

"Assunto: Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte – Simples

Ano-calendário: 1999

Ementa: **OPÇÃO PELO SIMPLES**

Não tendo a empresa comprovado que não auferiu receitas de prestação de serviços de propaganda e publicidade (CNAE nº 7440-3) é de se manter a exclusão do Simples, por estar tal atividade elencada como atividade econômica não permitida.

SOLICITAÇÃO INDEFERIDA".

Inconformada, a recorrente apresentou, tempestivamente, o Recurso de fls. 42, onde reitera que, desde 19/01/1990, deixou de exercer a atividade de Agenciamento de Publicidade para executar apenas serviços de pintura em faixas para outras empresas divulgarem mensagens, portanto, não faz propaganda, e que, a partir de 09/03/1999, passou para a atividade de comércio de tintas e materiais de construção.

É o relatório.



MINISTÉRIO DA FAZENDA

SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTE

Processo : 10980.009383/99-80

Acórdão : 202-12.696

VOTO DO CONSELHEIRO-RELATOR ADOLFO MONTELO

O recurso é tempestivo e dele tomo conhecimento.

Como relatado, a matéria em exame refere-se à inconformidade da recorrente devido à sua exclusão da Sistemática de Pagamentos dos Tributos e Contribuições denominada SIMPLES, com base na Lei nº 9.317/96, art. 9º, § 4º, inciso V, em face da alteração promovida pela Lei nº 9.528/97, que veda a opção à pessoa jurídica que exerça atividade de propaganda e publicidade.

Tanto por ocasião da impugnação como na oportunidade do recurso a contribuinte vem alegando que não presta serviços de agenciamento de publicidade desde 02 de janeiro de 1990, quando da Primeira Alteração de seu Contrato Social, porque passou a ter como atividade "pintura de painéis" (fls. 26) e, a partir de 02/02/1999, alterou sua atividade para o ramo de comércio de tintas e materiais de construção.

Ao tratar da verdade material, Luiz Henrique Barros de Artuda¹ nos ensina que:

"Contrariamente ao que se dá, em regra, no processo judicial civil, em que prevalece o princípio da verdade formal (art. 128 do CPC), no processo administrativo não só é facultado ao reclamante, após a fase inaugural, levar aos autos novas provas (item 16, a, Juntada Posterior de Provas), como é dever da autoridade administrativa atentar para todas as provas e fatos de que tenha conhecimento, ou mesmo determinar a produção de provas, trazendo-as aos autos, quando sejam capazes de influenciar na decisão."

Ainda temos *in* Vocabulário Jurídico, que De Plácido e Silva², ao tratar da prova concludente, afirma:

"PROVA CONCLUDENTE. É aquela que se conclui ou resulta da demonstração do fato afirmado, em virtude do que se evidencia clara, precisa, inequívoca ou verificada a existência do fato que se alegou ou se afirmou.

¹ Processo Administrativo Fiscal, Manual, 2ª Edição, ps. 5, Ed. Resenha, SP, Abril/94.

² Vocabulário Jurídico, De Plácido e Silva, 17ª ed. p. 657, Atualizadores: Nagib Salaib Filho e Geraldo Magela Alves, Ed. forense.



MINISTÉRIO DA FAZENDA

SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTES

Processo : 10980.009383/99-80

Acórdão : 202-12.696

Nesta razão, pela *força*, do que se mostra (provou), é produzida a *convicção* acerca da *afirmação* do fato, que fundava o tema *probatório*. Concludente aí, pois, exprime bem *convincente*, isto é, que esclarece amplamente o ponto da controvérsia, confirmando a existência do fato alegado.”

Com relação às provas, só foram juntadas cópias de alterações contratuais, enquanto que poderia ter sido realizada diligência junto à recorrente para se definir a sua real atividade, portanto, no caso em questão, entendo que é possível a apreciação do recurso como instruído.

Apesar de o julgador de primeiro grau citar, às fls. 37, o pronunciamento da Divisão de Tributação da 8ª. Região Fiscal na Decisão nº 183, de 15/06/1999, DOU de 25/11/1999, existe, também a Decisão nº 086/98 da mesma Região Fiscal, onde diz que a atividade de "Confecção de placas, painéis, faixas, cartazes, desde que não realize a criação publicitária", pode optar pelo SIMPLES.

Não restou provado que a pessoa jurídica, ora recorrente, presta serviços de agenciamento de publicidade no período de opção ao SIMPLES.

Mediante o exposto e o que dos autos consta, voto no sentido de dar provimento ao recurso.

Sala das Sessões, em 24 de janeiro de 2001

ADOLFO MONTELO